

A CONSOLIDAÇÃO DA FRONTEIRA SUL-MATO-GROSSENSE E AS RELAÇÕES COM O PARAGUAI AO LONGO DOS DIFERENTES PERÍODOS DA HISTÓRIA BRASILEIRA

The Consolidation of the International Border in Mato Grosso do Sul and the Relations with Paraguay Throughout Different Periods in Brazilian History

La Consolidación de la Frontera de Mato Grosso do Sul y las Relaciones con el Paraguay a lo Largo de los Diferentes Períodos de la Historia Brasileña

Robson de Araújo Filho*

Camilo Pereira Carneiro Filho**

Tito Carlos Machado de Oliveira***

Resumo: O trabalho traz a evolução das relações Brasil-Paraguai enfocando a formação da fronteira e zona fronteiriça do atual estado de Mato Grosso do Sul com o país vizinho, para demonstrar o incremento gradual e contínuo historicamente, e o papel primordial das fronteiras neste processo. As seções equivalem períodos históricos representativos e definidores dos eventos ali ocorridos. As interações entre os países abrangeram inicialmente estratégias bélicas e disputas territoriais, passando à forma colonizadora, e são, desde o fim do governo Stroessner e do advento do Mercosul, regidas por investimentos em infraestrutura e desregulação ou simplificação tributária, impulsionando o dinamismo nas áreas de fronteira.

Palavras-chave: Paraguai, Fronteira, Mato Grosso do Sul, Matte Larangeira, Migrações.

Abstract: The article presents the evolution of Brazil-Paraguay relations, focusing on the formation of the border line and border area (frontier) between what is now the state of "Mato

Introdução

Definidos no decorrer do processo de colonização da América, os limites internacionais costumam ser arbitrários, retilíneos e ignorar tanto acidentes naturais quanto as populações originais (não raro deliberadamente, de modo a fragmentá-las), como é o caso do Tratado de Tordeilhas, de 1494, (primeiro dispositivo de separação entre os locais de estudo deste texto). Quando, por outro lado, são construídos ao longo do tempo, os limites entre Estados nacionais trazem consigo um traçado que permite remontar a diversos períodos históricos, refletindo com maior clareza a relação

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Fronteiras e Direitos Humanos da UFGD. Especialista em Construção Civil e Bacharel em Arquitetura e Urbanismo. Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo no câmpus Jardim do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: arqrobsonfilho@gmail.com.

** Doutor em Geografia. Professor Visitante do Programa de Pós-Graduação em Fronteiras e Direitos Humanos da UFGD. E-mail: camilofilho@ufgd.edu.br.

*** Doutor em Geografia. Professor do Programa de Pós-Graduação em Fronteiras e Direitos Humanos da UFGD. E-mail: tito.ufms@gmail.com.

Grosso do Sul” in Brazil and Paraguay, aiming to demonstrate that such relations increase gradually and continuously in each historic period, with borders playing a prime role. Each section is equivalent to a representative, defining historic period that shaped the events occurring there. Interactions between those countries ranged initially from hostility, with territorial disputes, passing to colonization, and are now, since the end of Stroessner era and the advent of Mercosur, governed by investments in infrastructure and deregulation or tax simplification.

Keywords: Paraguay, Borders, Mato Grosso do Sul, Matte Larangeira, Migrations.

Resumen: Este artículo presenta la evolución de las relaciones Brasil-Paraguay, enfocando la formación de la frontera y zona fronteriza del actual estado brasileño de “Mato Grosso do Sul” con Paraguay, buscando demostrar que estas relaciones han crecido gradual y continuamente, y que las fronteras tuvieron rol primordial en su definición. Se divide en secciones que equivalen a períodos históricos determinantes de los eventos que allí ocurrieron. Las interacciones entre los países inicialmente abarcaran estrategias bélicas y disputas territoriales, pasando a la forma colonizadora y son, desde el fin del gobierno Stroessner y de la creación del Mercosur, regidas por inversiones en infraestructura y desregulación o simplificación tributaria.

Palabras clave: Paraguay, Frontera, Mato Grosso do Sul, Matte Larangeira, Migraciones.

desenvolvida pelas comunidades com o espaço.

No contexto sul-americano, Brasil e Paraguai passaram por uma fase inicial de definição arbitrária, com o Tratado de Tordesilhas, a uma definição construída historicamente, iniciada com o Tratado de Madri (1750) e alterada por eventos como a Guerra do Paraguai (1864-1870) e, por fim, o Tratado de Itaipu, que deu origem à hidrelétrica de Itaipu Binacional e pôs fim ao conflito em torno das Sete Quedas.

A zona de fronteira entre Brasil e Paraguai, quando comparada a outros locais, apresenta povoamento não indígena mais tardio e esparsos, agravado pela distância do litoral e de regiões de mineração, em um primeiro momento, e de grandes centros urbanos e industriais, posteriormente. Atualmente, esta zona de fronteira apresenta uma economia dinâmica, uma cultura rica e diversa, mas também é marcada por conflitos socioespaciais.

Com o objetivo de analisar o processo de ocupação da fronteira Brasil-Paraguai, enfocando a faixa de fronteira sul-mato-grossense e os departamentos paraguaios limítrofes, o presente trabalho é baseado em pesquisa bibliográfica e documental e visa aferir o aumento gradual e constante do vínculo entre os dois países, em que a fronteira desempenha papel primordial. Compreende seis partes, a começar com esta introdução, organizadas por períodos histórico-políticos que repre-

sentam estágios da relação entre os dois países e o gradual incremento de seu vínculo, no marco temporal que abrange o período entre o final do século XV e os dias atuais. A segunda e terceira seções tratam do período de expansão e disputa territorial, marcado por eventos importantes como tratados e a Guerra da Tríplice Aliança. A quarta e quinta seções retratam a República Velha, o Estado Novo e os governos militares, período de incremento da atuação estatal e ocupação do território fronteiriço. Por fim, a sexta e sétima seções abordam as transformações econômicas e espaciais ocorridas desde a criação do Mercosul.

As estratégias de ocupação territorial no período colonial

Mesmo antes de ser ocupada por europeus, a região que corresponde hoje aos territórios de Brasil e Paraguai, já tinha, de certa maneira, fronteiras estabelecidas. O Tratado de Tordesilhas, entre Portugal e Espanha, dividia o globo entre os impérios. Consistia em uma linha reta imaginária traçada a partir de 370 léguas contadas a partir das ilhas de Cabo Verde. Torrecilha (2004) destaca que o fato de o documento ter sido assinado antes do *descobrimento* corrobora a teoria da intencionalidade dos portugueses, ou seja, de que já se conhecia a existência de terras a leste daquele meridiano, bem distantes da África.

Tordesilhas representava uma barreira artificial, difícil de ser delimitada e respeitada na prática. A circulação de colonizadores além do “território formal” ocorria desde os primórdios da nova colônia, porém, Portugal tardou a investigar sistematicamente o território que corresponde hoje ao extremo oeste brasileiro. Os paulistas, navegando o Tietê e logo o Paraná, puseram-se cedo em contato com a colonização hispânica e as missões na região do Paraguai. Tal contato, todavia, não era amistoso e diversos núcleos instalados no processo de colonização paraguaia foram destruídos ou cooptados pela Coroa Portuguesa. Entre os povoados importantes na região, derivados de missões jesuíticas, estão a antiga Santiago de Xerez, (região dos Itatins, inicialmente entre os rios Miranda, Apa, Paraguai e a Serra de Maracaju e logo transferida para mais próximo do rio Miranda), Ciudad Real del Guairá (no atual estado do Paraná) e Sete Povos das Missões, no atual Rio Grande do Sul. Os fortes também foram cruciais para consolidar a posse do território além da linha imaginária do Tratado (TORRECILHA, 2004).

Nos primeiros dois séculos da colonização, a expansão se dava por bandeiras e entradas (séculos XVI e XVII) e, no século seguinte, por monções. Os bandeirantes paulistas – embora se propague que nos domínios da coroa portuguesa não se escravizassem os gentios – comportaram-se até o século XVIII como aprisionadores de índios. As missões jesuíticas da região do Paraguai estavam entre seus alvos (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

A parca ocupação não indígena do território e sua vastidão fizeram com que se atentasse a focos distantes da linha de disputa e que, à primeira vista, não pareciam estar relacionados. As duas coroas buscavam garantir imensas faixas de proteção às suas maiores fontes de riqueza naquele momento: as Minas Gerais, para Portugal, e as minas de Potosí, para a Espanha, reciprocamente cobiçadas. Estavam em jogo também interesses privados dos colonos em relação a suas posses e negócios, e o imperativo de sobrevivência das etnias indígenas e suas áreas tradicionais, o que determinava alianças ou disputas com o homem branco. As monções surgem nesse contexto, e foram expedições paulistas que partiam em direção ao oeste, mais intensamente entre 1720 (após a descoberta de ouro, em 1718, na região da atual Cuiabá) e 1839, após a independência. Dentre os diversos percursos, o considerado mais eficaz partia do rio Tietê e rumava contra a corrente pela bacia do rio Paraná, transpondo-se para a bacia do rio Paraguai (varadouro) pela Serra de Maracaju, divisora de águas. O varadouro e a navegação do trecho mais difícil ocorriam em território pertencente atualmente a Mato Grosso do Sul, na região dos municípios de Camapuã e Coxim (SILVA, 2007). O esgotamento do ouro na região, a dependência dos ciclos hidrográficos e o desenvolvimento de rotas terrestres tornaram as monções cada vez mais inviáveis no fim do século XVIII, e a última delas ocorreu em 1839.

Por sua vez, o extremo sul do Brasil foi um território incorporado tardiamente. Sua posse era nebulosa, a despeito de seu valor estratégico, já que por ela se acessava a região da Bacia do Rio da Prata. Foi inicialmente ocupada por padres vindos do Paraguai em 1626, que fundaram missões para o aldeamento de índios (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Nesse contexto, em 1750, firmou-se o Tratado de Madri, baseado no princípio do *uti possidetis* e também pelo princípio de fronteiras naturais, em que a demarcação dos limites internacionais se dá a partir de acidentes geográficos, tais como rios, montanhas, entre outros. Essa doutrina seria novamente aplicada no século XIX quando, já independentes, os novos Estados precisavam delimitar suas fronteiras (ALBUQUERQUE, 2010; TORRECILHA, 2004).

Os conflitos e a consolidação da fronteira no Brasil Império

O Tratado de Madri consolidou as doutrinas que o balizaram, de determinação das fronteiras segundo a ocupação e, em segundo caso, por acidentes geográficos. Com as independências dos países sul-americanos houve o interesse em se erguer uma única soberania rio-platense. Face a este cenário, no Brasil, foi promulgada Lei de Terras (1850), que dispunha sobre terras devolutas do Império. As frontei-

ras receberam especial atenção nesta lei: não era permitida a aquisição de terra devoluta a não ser por compra, exceto aquelas “*situadas nos limites do Imperio com paizes estrangeiros em uma zona de 10 leguas, as quaes poderão ser concedidas gratuitamente*”. A mesma lei previa a possibilidade de naturalização de estrangeiros que comprassem terras e a formação de colônias (BRASIL, 1850), promovendo, assim, a ocupação do território para protegê-lo. Foram fundadas diversas colônias militares, três delas na região próxima ao Paraguai: Nioac (1854), Rio Brillhante (1854) e Dourados (1856), na região do atual Mato Grosso do Sul (MATTOS, 1990, apud OLIVEIRA, 2008).

A Guerra do Paraguai foi motivo de grande desequilíbrio financeiro para o Brasil e alterou a geopolítica da América Platina. Custou onze vezes o orçamento do governo para 1864, criou enorme déficit e monopolizou as atenções do governo, adiando até a questão abolicionista (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Suas origens remontam a outros conflitos na região, mas a questão ganhou corpo em 1863, com a guerra civil no Uruguai, em função da divisão entre os partidos *Colorado* (apoiado por Brasil e Argentina) e *Blanco* (apoiado pelo Paraguai). Desde que Francisco Solano López assumira o poder no Paraguai, em 1862, substituindo seu pai, Carlos Antonio López, recrudescera a disputa entre este país e o Brasil pelo comércio de erva-mate, principal produto na economia local. Assunção percebia no Uruguai uma alternativa para o comércio exterior, mas os federalistas argentinos também cobizavam o território. Alinharam-se, então, de um lado, federalistas argentinos, *blancos* uruguaios e o Paraguai, com políticas expansionistas e demanda por redefinição de fronteiras – López desejava uma saída para o mar. Do outro lado estavam o império brasileiro, o Partido Colorado e o governo argentino. Atritos no Uruguai com o Império brasileiro e outros incidentes envolvendo os demais países ganharam escala e, em 12 de novembro de 1864, autoridades paraguaias aprisionam um vapor brasileiro no porto de Assunção (devido à precariedade das estradas no Brasil, o presidente da província de Mato Grosso transitava entre o Rio de Janeiro e Cuiabá pelos rios platinos, atravessando os países da região). Em dezembro daquele ano tropas paraguaias invadiram o sul da província de Mato Grosso e em abril de 1865 colunas do exército do Paraguai tomaram Coxim, mas interromperam a ofensiva a Cuiabá. López se isolou quando, em abril, o exército paraguaio invadiu províncias argentinas até então aliadas a seu país (SILVA, 2007; SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Várias versões disputam a narrativa, indo da megalomania de Solano López ao imperialismo inglês, mas é possível afirmar que a complexidade da geopolítica na região e a precariedade da estabilidade em muito contribuíram para o estopim da disputa. O Brasil precisava manter a navegabilidade dos rios Paraná e Paraguai,

tanto para acessar a região do Prata como para a comunicação de Mato Grosso com outras partes do país. Seus vizinhos não confiavam no império escravocrata. A Argentina mantinha ambições acerca da expansão de seu território, inspirada na extensão do antigo Vice-Reino do Rio da Prata.

Os aliados assinaram, em 1º maio de 1865, um tratado secreto: López seria deposto, as fronteiras mudariam e o Paraguai pagaria por tudo isso. Esperava-se um conflito rápido, tradução do poder e população dos países unidos contra o pequeno Estado mediterrâneo. Mas a realidade foi diferente. À euforia inicial se sucederam o desânimo e a necessidade de recrutamento obrigatório, trazendo, no ano seguinte, novamente a discussão sobre o papel do negro na sociedade brasileira e a centelha da abolição, já que se fez necessário recorrer aos braços dos escravos no conflito. Em 1867, a cólera tornou-se um surto nacional e, em 1868, ocorreriam grandes batalhas, mas somente no início do ano posterior Assunção seria ocupada – já sem resistência. Ainda assim, Dom Pedro II não se deu por satisfeito sem a captura de López. Finalmente, em 1º de março de 1870, o líder paraguaio foi encurralado em Cerro Corá, departamento de Amambay, a menos de 40 km das cidades gêmeas contemporâneas de Pedro Juan Caballero e Ponta Porã.

O Brasil saiu desmoralizado e endividado da guerra, mas para o Paraguai as consequências foram muito mais severas. Não só o Estado havia sido destruído, como também um grande percentual da população pereceu, cifra que se estima entre 800.000 e 1,3 milhão de mortos. O conflito consolidou os exércitos como instituições vitais dos países e a presença militar passou a influenciar cada vez mais as fronteiras nacionais. O novo prestígio dos generais se nutria da decadência de D. Pedro II, propulsionando o fim do Império, a chegada da República e a abolição da escravidão (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Houve muitas outras consequências à zona de fronteira: a reabertura da navegação no rio Paraguai facilitou a exploração de riquezas naturais e escoamento da produção. Na primeira metade do século XIX o povoamento não indígena no sul da então província de Mato Grosso ganhara algum impulso, com migrantes paulistas, mineiros e cuiabanos. Ainda assim, baseava-se em pecuária extensiva rudimentar, caça e exploração de sal. Na maior parte daquele território, a agricultura era pouco desenvolvida. Mato Grosso passou a se vincular mais intensamente à região platina e, em 1872, com o Tratado de paz e de limites Loizaga-Cotegipe, foram delimitadas suas fronteiras com o Paraguai, todas baseadas em acidentes geográficos (rio Paraná, Salto Grande das Sete Quedas, cume das serras de Maracaju e Amambay e rio Apa). A nova estabilidade permitiu o início de um ciclo, concessões de terras e frentes de povoamento, vinculadas à produção ervateira.

Nesse contexto ocorreu o arrendamento de imensa área do sul da província de Mato Grosso à Companhia Matte Larangeira. Isso foi possível graças aos novos instrumentos, onerosos ou não, trazidos pela Lei de Terras de 1850, que reconhecia inclusive o direito de imigrantes, isto é, estrangeiros. A Companhia Matte Larangeira monopolizou os arrendamentos na região e tinha como principal alvo o mercado argentino. Este processo, como tantos outros na América do Sul, se deu à custa da expropriação de territórios indígenas. Agora, além dos migrantes do sudeste e do norte da província, também acorriam à região sulistas e paraguaios (ALBUQUERQUE, 2010; LOPES, 2014).

O papel da Matte Larangeira na República Velha e Era Vargas

Desde sua fundação no terceiro quarto do século XIX, até a década de 1940, a Companhia Matte Larangeira moldou o extremo sul de Mato Grosso, tornando-se o ator mais importante da província, mais poderosa até que a própria administração local. Seu poderio e monopólio foram gradualmente constituídos. Seu fundador, Thomaz Larangeira, participara da demarcação das fronteiras após a Guerra do Paraguai e iniciara aí seu trânsito no governo, obtendo alguns privilégios nas concessões de terras. Cabe sublinhar que a exploração do mate nativo já ocorria na região, tanto que, na concessão inicial, a companhia ficava obrigada a permitir que moradores que vivessem dessa atividade continuassem a coletar a erva.

Iniciou-se então um período de quase simbiose entre a Matte Larangeira e o Mato Grosso, havendo uma negligência do governo central em relação àquela região. Para Mato Grosso e seus poucos recursos, representava vantagens pelas benfeitorias realizadas pela empresa, pelos impostos e pela contemplação dos interesses de oligarquias locais. A empresa, por sua vez, crescia com os sucessivos decretos de concessão e, assim, instrumentalizava o Executivo a seu favor com o papel de oficializar seu monopólio, garantindo-lhe exclusividade na exploração dos ervais e chegando mesmo a se valer da anulação de contratos de concorrentes e sua expulsão. Na cidade de Ponta Porã, era a Matte Larangeira quem detinha o poder político e econômico, constituindo um verdadeiro “Estado dentro do Estado”. O Estado cobrava que a companhia aumentasse a produção e esta, conseqüentemente, conseguia sucessivos benefícios, desde que mantivesse seu papel de arcar com a infraestrutura que deveria ser provida pelo governo.

Paralelamente, chegavam ali migrantes de regiões vizinhas e também gaúchos, além de paraguaios transitando pelos dois lados da fronteira, e disseminando a cultura paraguaia e o idioma guarani. Essa presença se dava, inicialmente, em função do pouco dinamismo da economia paraguaia, destruída pela guerra.

Posteriormente, teve início a prática da escravidão por dívida, construída pelo recrutamento com falsas promessas. A polícia paraguaia era partícipe das armações e, em território brasileiro, o trabalhador deveria adquirir todo tipo de bem nos armazéns da Matte Larangeira. Contudo, a pressão populacional dos diversos tipos de migrantes começava a desgastar o monopólio. Em 1915 os posseiros obtiveram preferência para aquisição dos terrenos que ocupavam, criando, assim, um grupo de ervateiros independentes. Nos anos seguintes, pelo menos 350 títulos seriam expedidos para propriedades produtoras de mate na região (LOPES, 2014).

Por sua vez, em 1930, Getúlio Vargas ascendeu ao poder e passou a promover mudanças com o intuito de modernizar o Estado e a economia, e de buscar dar ao país hegemonia na América do Sul, papel que até então cabia à Argentina, muito mais influente na bacia do Prata. Quando o coronel Rafael Franco tomou o poder no Paraguai, em 1936, o país seguiu aprofundando as tímidas iniciativas de integração com o Brasil, com o intuito de dar aos militares paraguaios treinamento brasileiro e estabelecer uma união ferroviária. Em 1941 foi firmado o acordo para a construção de uma ferrovia que ia de Pedro Juan Caballero a Concepción. O acordo previa ainda a concessão de créditos para trocas comerciais, a criação de uma Comissão para elaborar tratados de comércio, navegação e intercâmbio cultural e estabeleceu, no porto de Santos, um entreposto franco para mercadorias comercializadas pelo Paraguai (BRASIL, 1941; COSTA, 2009).

A ocupação de áreas pouco povoadas ou ocupadas por indígenas foi estimulada, de modo que a fronteira econômica avançasse até, no limite, coincidir com a fronteira política, isto é, o suposto vazio demográfico deveria se integrar ao circuito produtivo nacional. Agricultura e indústria eram os carros-chefes (SILVA, 2011). Nesse contexto, a Constituição de 1934 trouxe uma alteração no tamanho da faixa de fronteira, ampliando-a para 100 km. Nela deveriam predominar capitais e trabalhadores nacionais, inclusive em indústrias que interessassem à segurança nacional (BRASIL, 1934). A Constituição de 1937, por sua vez, tinha caráter centralizador e dava à União o poder privativo de legislar sobre a defesa externa, compreendendo polícia e segurança das fronteiras (BRASIL, 1937). A faixa de fronteira foi novamente ampliada e alcançou o valor vigente, de 150 km, preservando a exigência de predomínio de capitais e trabalhadores nacionais.

Parte deste esforço envolve modernização da política tributária, eliminando impostos sobre produtos que circulavam entre estados e municípios. Somou-se a isso a redistribuição da população, com o deslocamento da massa desempregada para outras regiões, preferencialmente as fronteiras, e a criação de condições para que o efeito da industrialização paulista se irradiasse por regiões vizinhas, como Paraná e Mato Grosso. A criação do Departamento Nacional de Trabalho (1933) e

do Conselho de Colonização e Migração (1938) se deu em meio a essa conjuntura (SILVA, 2011). A campanha ficou conhecida como “Marcha para o Oeste” e incluía também a criação de Institutos ou Departamentos Nacionais para os principais produtos (café, açúcar, álcool, mate e pinho), a instituição de Colônias Agrícolas e de Territórios Federais. Estes territórios se inseriam no contexto de ingresso brasileiro na Segunda Guerra Mundial e se originavam do desmembramento de parte dos estados do Pará, Amazonas, Mato Grosso, Paraná e Santa Catarina. Foram criados os territórios do Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e Iguassú, os dois últimos na fronteira com o Paraguai. A prática permitia que a União administrasse diretamente áreas na fronteira (BRASIL, 1943; OLIVEIRA, 2008).

As Colônias Agrícolas Nacionais (CANs) visavam fomentar a integração e industrialização nacionais através da sofisticação da produção e do mercado consumidor, reprimir oligarquias regionais que concorriam com o poder central e dar unidade territorial ao país. Localizada no Território Federal de Ponta Porã, a CAN de Dourados foi criada em 1943 e instalada no ano seguinte. Seu êxito estimulou o crescimento da região e a criação de colônias estaduais e municipais (SILVA, W., 2011). Buscava-se, com a distribuição de terras, conter o poderio da Matte Larangeira e a expansão do modelo latifundiário, reduzir a pressão por terras e promover o adensamento populacional da região, bem como garantir presença e posse brasileira no local, onde moeda e língua nacionais eram menos presentes que suas concorrentes paraguaias e argentinas. Ou seja, era preciso nacionalizar a fronteira, e a Matte Larangeira constituía seu principal entrave (LOPES, 2014).

O período varguista marcou uma alteração na relação com o Paraguai. Naquele país, desde 1870 ao fim da Guerra do Chaco (ocorrida entre 1932 e 1935, contra a Bolívia) viveram-se anos de instabilidade política e sucessivos golpes militares. O fim deste último conflito marcou a ascensão do Partido Colorado. Em 1941, Vargas visitou Assunção – o primeiro presidente brasileiro a visitar o país – com promessas de projetos de integração física e cultural (ALBUQUERQUE, 2010).

Expansão capitalista na fronteira: governos militares e o papel dos brasiguaios

Em 1954 o general Alfredo Stroessner subiu ao poder, permanecendo até o fim da década de 1980. Governando ditatorialmente, implantou um regime violento, além de grandes transformações físicas e econômicas no país, apoiado pelo Brasil. A partir do governo Juscelino Kubitschek (1955-60) e com intensidade redobrada a partir do governo militar (1964-1985), iniciou-se uma aproximação geopolítica em nível inédito com o Paraguai, de modo a projetar interesses brasileiros na América Latina, disputando espaço com a Argentina. A conjuntura argentina também

favoreceu o Brasil, pois em 1955, Perón havia sido derrotado, e, com isso, ocorreu um distanciamento entre o novo governo e o Paraguai.

Stroessner desejava garantir um caminho alternativo de comunicação do Paraguai com o restante do mundo, de modo a diminuir a dependência do país em relação ao porto de Buenos Aires. Desta forma, passou a deslocar o vetor de desenvolvimento do país, até então na órbita de Assunção, em direção à fronteira com o Brasil. São frutos dessa época uma rodovia ligando a capital paraguaia aos principais portos e cidades brasileiras e a concessão de uma área no porto de Paranaguá para atender às importações e exportações paraguaias (1956). Em 1957 foi fundado o município atualmente denominado Ciudad del Este (inicialmente com o nome Puerto Flor de Lis e logo Puerto Presidente Stroessner). A Ponte da Amizade seria inaugurada em 1964 e Itaipu Binacional seria completada vinte anos depois. Este último grandioso projeto surgiu após um período de enfrentamento entre os países acerca da demarcação da fronteira na região do Salto Grande das Sete Quedas, com militares brasileiros ocupando a região (ALBUQUERQUE, 2010). O ano que assistiu à inauguração da ponte e ao início da ditadura militar no Brasil simbolizou o início de um período de cooperação e colonização do extremo leste do Paraguai, região até então marginalizada. Se naquele momento os brasileiros no país vizinho somavam 70.000 pessoas, aproximadamente, no fim da década já seriam 300.000 (SOUCHAUD, 1997, p. 57).

Em 1959, o ditador paraguaio põe em marcha um plano de modernização econômica, de modo a adequar a produção agrícola ao molde exportador capitalista de grande escala e aumentar a participação do país no mercado externo. Até então, a limitada pauta de exportações paraguaia consistia em gado em pé, erva-mate e algodão e era feita em grande medida de forma artesanal em terras públicas. Para isso, considerou-se necessário colonizar o território com mão de obra qualificada, mecanização e preços baixos. O Brasil, por sua vez, desejava ter contingente populacional em seu vizinho para forçá-lo a cumprir acordos, principalmente, no futuro, em relação a Itaipu Binacional (WAGNER, 1990).

A região paraguaia escolhida como de ocupação prioritária foi a do departamento de Alto Paraná, deslocando para o sudeste do país o foco de contato com o Brasil, após o declínio da Matte Larangeira. Também os departamentos de Amambay e Canindeyú, a noroeste/norte de Alto Paraná e fronteira com Mato Grosso do Sul, além de Itapúa, Caaguazú e Caazapá, passaram a ser locais de concentração de imigrantes brasileiros (ALBUQUERQUE, 2010). No entanto, paulatinamente as decisões beneficiaram em maior medida o departamento de Alto Paraná, mais próximo, simultaneamente, de Assunção e de regiões mais povoadas do Brasil. Ainda assim, o processo afetou a fronteira com Mato Grosso

do Sul ainda naquela época e segue com repercussões atuais, com regiões antes desprestigiadas passando a ter o papel de novas fronteiras agrícolas.

Albuquerque (2010) alega que os desdobramentos da “Marcha para o Oeste” getulista se aproximaram da “*Marcha al Este*” de Stroessner no Paraguai a partir da década de 1960. Elas se assemelhavam não só no nome e no objetivo de fortalecer o vetor de desenvolvimento de cada país em direção à fronteira, como também pela grande escala da colonização agrícola. As transformações econômicas pretendidas, todavia, eram diferentes. Getúlio, com as Colônias Agrícolas Nacionais, buscava colonizar as fronteiras para garantir a posse do território, realocar setores urbanos insatisfeitos (e a possível eclosão de conflitos derivados), minar oligarquias locais e reorganizar a produção para atender às demandas da industrialização paulista. O uso do solo e a colonização se deram desconstruindo o poder latifundiário e desconcentrando a posse da terra. Os beneficiários eram “nativos”: ainda que viessem de regiões distantes, eram, em grande maioria, brasileiros. O governo paraguaio, por sua vez, buscava essencialmente multiplicar a renda agrícola exportadora do país implantando um modelo de produção em larga escala, baseado no latifúndio monocultor mecanizado.

Reassentar camponeses da área central do Paraguai, de modo a reduzir tensões sociais (como no Brasil) também estava entre os objetivos, mas para acelerar o crescimento Stroessner atraiu um grande contingente de estrangeiros, principalmente de origem europeia, inspirado por ideais de pureza ou suposta superioridade racial, em voga na época. Nesse contexto, os imigrantes do sul do Brasil, que eram descendentes de alemães e italianos, eram seu principal alvo.

O primeiro fator de estímulo aos imigrantes ocorria em função do preço da terra, que durante os primeiros anos se manteve cerca de um décimo daquele praticado no sul do Brasil. Alto Paraná, além de água abundante e topografia favorável, possui solo de grande qualidade e bom clima, que permite o plantio de *commodities* como soja, algodão, milho, cana e trigo com excelente produtividade e baixo custo. Essa região foi destinada aos brasileiros, enquanto Canindeyú, divisa com Mato Grosso do Sul e noroeste do Paraná, com solo de maior teor de arenito, foi destinada a uma colonização por paraguaios. Isso logo se refletiu no êxito da ocupação de Alto Paraná e na estagnação de Canindeyú (SOUCHAUD, 1997). Assim, quando os agricultores do sul do Brasil passaram a não mais conseguir reproduzir seu meio e padrão de vida, pois isso dependia da disponibilidade de mais terras para as gerações seguintes, a imigração ao Paraguai se apresentou como uma solução vantajosa. A venda de uma pequena propriedade na região de origem permitiria a compra de uma área muito maior do outro lado do rio Paraná.

Contudo, o plano de Stroessner seria concretizado através de etapas e seu público preferido (imigrantes de origem europeia) não era o primeiro a ser atraído, ainda que tivesse papel dominante nas relações econômicas e de trabalho, mas não numericamente. No início, a fronteira leste tinha grandes áreas com cobertura vegetal nativa e precisaria ser preparado. Os primeiros brasileiros que o ditador mandou vir não eram majoritariamente sulistas, mas sim nordestinos e nortistas (aproximadamente 75% do total), com preferência aos negros, pois o governo julgava que teriam menos consolidada a noção de posse da terra e seriam mais facilmente expulsos assim que o duro serviço inicial estivesse feito: a derrubada da mata e limpeza do terreno. Esta primeira etapa vigoraria até o fim da década de 1960. Neste período, os brasileiros vendiam a madeira para o dono da terra, que a contrabandeava para empresas brasileiras. Também realizavam agricultura de subsistência e cultivavam hortelã para vender ao Japão. Assim, alguns brasileiros do Norte e Nordeste ocupavam terras, enquanto outros eram boias-frias de gaúchos e paraguaios para os serviços preparatórios (WAGNER, 1990).

Além da diferença do preço da terra, Stroessner também usava como chamariz o financiamento do preparo do terreno para os primeiros plantios em maior escala. Assim, os brasileiros que dependiam de expansão da fronteira agrícola estavam contemplados. No início da década de 1970 foram fundados vilarejos próximos a Puerto Presidente Stroessner: Naranjal, Santa Rosa del Monday e Santa Rita. Foram atraídos também mineiros e (sul-)mato-grossenses, que introduziram a pecuária semi-intensiva de exportação. Iniciaram-se ciclos de expansão e expulsão, ou seja, de concentração de terra e deslocamento dos ocupantes iniciais (SOUCHAUD, 1997). A população passou a crescer a taxas elevadas:

Em menos de 15 anos a região de Alto Paraná (...) sofreu uma imensa transformação. A agricultura foi modernizada e a produção de soja atingiu índices jamais alcançados. A população da região, que até 1950 era de 9.531 pessoas, passou para 24.067 pessoas em 1962 e 88.607 em 1972, segundo dados do Censo paraguaio. A taxa anual de imigração, segundo o mesmo Censo, passou de 49,7%, entre 1950 e 1962, a 94,6% no período de 1962/72. O crescimento relativo do número de habitantes de Alto Paraná de 1950 a 1972 foi de 420,7% (WAGNER, 1990, p. 17).

A população paraguaia também se reorganizou no território. Ocorreram movimentos de êxodo rural em direção às povoações emergentes (migrantes que tiveram maior êxito econômico) e aos grandes centros urbanos; ao mesmo tempo, diversos dos camponeses que haviam sido expulsos na década anterior retornaram a Alto Paraná e passaram a invadir áreas que ocupavam anteriormente. A posse da terra ficou cada vez mais concentrada nas mãos de grandes proprietários rurais, principalmente brasileiros. Todo o contingente brasileiro no Paraguai passou a ficar

mal visto, mas algumas instituições de apoio, notadamente as religiosas, passaram a atuar para conscientizar sobre os diferentes papéis exercidos pelos pequenos e grandes agricultores, que não necessariamente são sempre, respectivamente, paraguaios e brasileiros. Muitos brasileiros que emigraram não conseguiram aumentar a área de suas propriedades devido ao processo de concentração de terras, contudo, esta etapa se constituía em passo planejado pelos tecnocratas stroessneristas, uma vez que a mecanização se fazia com maior êxito em latifúndios.

Vázquez (2010, p. 200) registra ainda a presença de brasileiros na região do Chaco e identifica três ondas migratórias, sendo a primeira delas no começo dos anos de 1970. Pecuaristas, em maioria sul-mato-grossenses, passaram a adquirir terras no departamento de Alto Paraguay (que faz divisa com os municípios de Porto Murtinho e Corumbá). Esta primeira onda não chegou a afetar a economia ou demografia locais. O período entre o fim da década de 1970 e o começo dos anos de 1980 ficou conhecido como o “milagre econômico paraguaio”. As cifras que ingressaram naquele país para a construção de Itaipu Binacional representaram um volume inédito de investimentos. Neste período, foi possível dissimular os efeitos dos processos de concentração de terra e renda, empregando populações marginalizadas em obras ou dotando-as de recursos indenizatórios pelo alagamento. Em 1984, Itaipu Binacional foi inaugurada e o Brasil passou a contratar energia dos paraguaios, tornando este produto uma importante fonte de divisas para o país.

A partir da segunda metade da década de 1980 o regime paraguaio perdeu força e iniciou-se a transição democrática no Brasil. As estratégias das ditaduras dos dois países vieram à tona. Neste período houve o retorno de 950 famílias brasileiras ao território nacional. Elas chegaram por Mundo Novo (MS). Muitas foram atraídas por promessas de reforma agrária e maior possibilidade de organização popular com a redução da repressão. No fim do mesmo ano, seriam assentadas em Ivinhema. Nesse período foi cunhado o termo “brasiguai”, por um deputado que dialogava com os imigrantes que retornavam e notavam não ser plenamente cidadãos em nenhum dos lados da fronteira (WAGNER, 1990).

Em que pese os benefícios econômicos da conclusão de Itaipu Binacional, eles não eram, em primeiro momento, maiores que os ingressos durante a obra. Ao longo da primeira metade da década de 1980 a economia paraguaia desaqueceu e, em 1986, estava em seu quinto ano de recessão. As reservas cambiais eram tão baixas que impediam a importação de produtos – o país produzia muito pouco do que consumia –, o que levou à carestia. O desemprego atingia 16% e a informalidade crescia em ritmo acelerado: o contrabando movimentava US\$ 2 bilhões por ano, mesmo tamanho da dívida externa do país, cujo maior credor era o Banco

do Brasil. Isso, por um lado, permitiu que, a partir do ano seguinte, o governo brasileiro interviesse nas contas paraguaias. Assim, ainda que em 1989 Stroessner fosse derrubado, na prática, o governo de seu sucessor, o general Andrés Rodríguez, manteve a política do governo em relação aos brasileiros e parecia haver um “stroessnerismo sem Stroessner”. Contudo, o fim da repressão do longo regime anterior permitiu que os paraguaios se expressassem mais livremente, ocasião em que muitos questionaram a presença de brasileiros no país, tachando-os de invasores e, pontualmente, agredindo-os (SOUCHAUD, 2007).

A colonização brasileira reproduziu, no Paraguai, as mesmas estratégias de ocupação espacial ocorridas no Brasil décadas antes. Assim como na Era Vargas o sul do então estado de Mato Grosso, Goiás e o Paraná repercutiam especialmente a industrialização paulista e adequaram seu território a fim de atendê-la, Souchaud nota que, no leste paraguaio, em meados da década de 1980,

[...] aparecem instalações tais como silos, cooperativas, ... muitas delas brasileiras. Essas infraestruturas comerciais do setor agrícola, os brasileiros foram aprendendo a manejá-las nos estados colonizados neste século [XX] (São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul). No entanto, a expansão no Leste do Paraguai corresponde a uma ampliação, e não somente uma criação da área de abrangência desse setor comercial cuja função é a conexão, da agricultura com a indústria de transformações, ou seja, entre o campo e a cidade. (1997, p. 60-61)

Este período histórico se encerra com um Paraguai bastante transformado, em que se estima que 10% da população sejam de brasileiros ou de seus descendentes diretos (350.000 pessoas) – em Alto Paraná, chegou-se a cinco brasileiros para cada paraguaio. Por volta de 2006, a proporção havia caído para aproximadamente 7%, ainda assim, um valor significativo. São responsáveis por produzirem 60% das 600 mil toneladas/ano soja e mais da metade das 540 mil toneladas/ano de algodão, os principais produtos exportados naquele momento (CÉSAR, 2016, p. 20; WAGNER, 1990, p.14; p. 20; p. 40).

Redemocratização, MERCOSUL e neoliberalismo no Paraguai

A reaproximação possibilitada pela redemocratização nos países do Cone Sul levou à assinatura, em 1991, do Tratado de Assunção e à criação do Mercosul. O bloco surgiu com os objetivos centrais de conformação de um mercado comum – com livre circulação interna de bens, serviços e fatores produtivos – o estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC) no comércio com terceiros países e a adoção de uma política comercial comum. Foi promovida a isenção ou redução de diversas tarifas alfandegárias. Em 1994, foi assinado o Protocolo de

Ouro Preto, que operacionalizou o grupo, estabelecendo sua estrutura institucional básica e funcionamento. O modelo era inspirado na União Europeia, que nascera como mercado comum e logrou medidas de integração mais abrangentes. A livre circulação de trabalhadores chegou a ser proposta por intelectuais e movimentos sociais, mas foi rechaçada (ALBUQUERQUE, 2008). Naquele momento, ocorria no planeta uma proliferação de acordos sub-regionais que visavam à promoção dos intercâmbios intrarregionais e o aumento da competitividade global, em um contexto de liberalização dos mercados (CRUZ, 2015).

Em meados da década de 1990 teve início, segundo Vázquez (2010, p. 200), uma segunda onda migratória de brasileiros à região do Chaco paraguaio, na fronteira com Mato Grosso do Sul, dedicados à pecuária. O Autor destaca que os proprietários brasileiros das terras não residiam no Paraguai, mas empregavam brasileiros e estes sim viviam no país. Este fenômeno reforça o solo paraguaio como nova fronteira agrícola brasileira e a repetição das práticas consolidadas no Brasil, em que os agroempresários não desenvolvem vínculos (culturais, afetivos) com o local onde atuam além da mera posse e estratégias que venham a garanti-la (como, por exemplo, integrar-se ao circuito político).

Durante a década de 1990, os brasileiros e seus descendentes que vivem no Paraguai ficaram sujeitos a estratégias dúbias do governo paraguaio. Algumas delas eram as mesmas da etapa anterior, outras eram acomodações em função de realidades que se descortinavam. Esse contingente, então, desenvolveu um repertório de ações e táticas para garantir sua sobrevivência e autonomia – o que quer dizer, basicamente, sua mobilidade. Somente no final de 1996, contudo, foi promulgada uma nova lei de migrações, de número 978, para substituir a regulação anterior que se baseava na Constituição de 1967. Desde o fim da Guerra da Tríplice Aliança o Paraguai desenvolve políticas de fomento à imigração, haja vista a dizimação de grande parte da população naquele contexto. Estas políticas eram voltadas inicialmente a imigrantes europeus e norte-americanos e, em sequência, a brasileiros. A novidade do texto de 1996 reside em ressalvas, que acabam por representar as ambiguidades e contradições do discurso oficial, e se constituem em uma margem de manobra do poder central. Uma dessas manifestações é o fato de que o texto legal não é particularmente restritivo ou exigente ao imigrante, mas é na concretude das situações reais que se apresentam os obstáculos, seja pela desorganização e negligência do Estado, por limitações vividas pelos poderes locais, ou ainda nas diversas práticas de corrupção (SOUCHAUD, 2007).

Como resposta, os brasiguaios passaram a aderir a muitas dessas práticas e a outros mecanismos, muitos deles ilegais, como registrar seus filhos dos dois lados da fronteira. Em última instância, esse expediente permite que lhes seja transferida

a posse dos bens familiares, já que há legislação coibindo a propriedade privada estrangeira na faixa de fronteira. Interessa, a esse grupo, preservar possibilidades de ação em um eventual recrudescimento da política migratória.

Em 1997 foi aprovada no Paraguai a legislação que, embora tardasse a demonstrar frutos, assentava as bases para um dos grandes trunfos recentes de sua economia: A Lei nº 1064, “*de la industria maquiladora de exportación*”, inspirada na experiência mexicana. No entanto, somente em 2000, com o Decreto Nº 9585, entraria de fato em vigor. Maquiladoras, ou *maquilas*, são um tipo de indústria com matriz fora do Paraguai que importa matéria-prima e reexporta manufaturas. São isentas de todos os impostos, arcando somente com 1% sobre o valor que é agregado ao produto final. Pode-se afirmar que o marco legal da maquiladora completa um tripé de baixos custos com mão de obra e energia, requerido pelas multinacionais em um mercado globalizado e neoliberal para instalação de empresas com competitividade. A estratégia paraguaia tem como objetivo primordial a geração de empregos formais, já que os benefícios tributários para o país são irrisórios, apenas 10% da produção pode ser vendida localmente e os lucros são exportados às matrizes. A lei surge na esteira da consolidação do Paraguai como “o vizinho barato”, estratégia que permitiu o crescimento da atividade de reexportação, principalmente no comércio fronteiriço, dentro da lei ou à margem dela.

As altas taxas praticadas pelos países vizinhos visavam à proteção de seu parque industrial e estavam também relacionadas à incapacidade de implantar política tributária progressiva, de modo que a tributação do consumo responde por grande parte da receita estatal. O Paraguai, porém, tinha, naquele momento, participação muitíssimo menor do setor secundário na formação de seu Produto Interno Bruto e podia importar com taxação bastante reduzida. As maquiladoras, no entanto, tardariam a se disseminar devido, em parte, à parca infraestrutura do país, principalmente em relação aos transportes. Logo, pode-se afirmar que este período histórico se encerra com a economia paraguaia assentada em três fontes básicas: exportação agropecuária, venda de energia elétrica e comércio de reexportação. A contribuição do Mercosul vinha no sentido de reduzir ainda mais as barreiras ao envio da produção paraguaia aos vizinhos (CÉSAR, 2016).

As iniciativas do Paraguai naquele momento podem ser consideradas estratégias de posicionamento regional, simultaneamente em proveito das relações com seus vizinhos e em reafirmação de seu poder. Souchaud (1997, p. 64) afirma que “no âmbito do estabelecimento do Mercosul, as tendências à polarização para a região Sul do Brasil constituem uma preocupação essencial, não somente para o Paraguai, mas também para o Brasil, que sofre de desequilíbrios regionais” e

que “o conjunto de departamentos de Alto Paraná e Canindeyú já está formando parte do ‘continente brasileiro’”.

Relações contemporâneas Brasil-Paraguai

Em 2002 teve início a interiorização de pecuaristas em direção a áreas colonizadas por menonitas (grupo religioso protestante oriundo do Canadá), que viviam então período de crescimento econômico. Ocorreu também o afluxo de brasileiros às áreas urbanas dessas cidades, uma migração interna de trabalhadores das regiões colonizadas a partir dos anos 1970. Os menonitas têm visão mais positiva dos brasileiros em comparação com os “paraguaios”, o que lhes garante melhores postos de trabalho. Mulheres trabalham como empregadas nos lares ascendentes, atividade antes desempenhada pelo próprio grupo ou por indígenas. Em 2007, estimava-se que 2.500 brasileiros viviam na região, número pequeno, mas relevante quando se tem em conta a diminuta população do Chaco. De modo similar ao ocorrido na colonização do Leste paraguaio, brasileiros são responsáveis por deslocar indígenas e ‘paraguaios’ (denominação dada aos migrantes nativos oriundos da porção oriental do país) a substratos econômicos inferiores. Além disso, a integração é mínima, derivada da persistência do preconceito de brasileiros contra paraguaios, especialmente os de origem indígena (VÁZQUEZ, 2010).

Em 2003 ocorreu uma mudança de governo nos dois países: no Brasil, tomou posse Luiz Inácio Lula da Silva, e no Paraguai, Nicanor Duarte Frutos. Frutos ficou conhecido por desenvolver relações amistosas com os países vizinhos, naquele momento com governos mais à esquerda no campo ideológico. Foram implantadas reformas estruturais no país, o que, somado a um marco legal existente (lei de *maquilas*, incentivos fiscais) e à ampliação de incentivos (criação de Zonas Francas e da janela única de exportação) e outras ações, deu início a um período de dinamismo econômico (CÉSAR, 2016).

Em 2004, o Paraguai aprovou uma lei de segurança fronteiriça que delimitou uma faixa de 50 km paralela ao limite ao limite internacional como área de segurança nacional, um recrudescimento dos nacionalismos. O país argumentou que a nova lei era similar à de seus vizinhos (além dos 150 km da lei brasileira, a Argentina tem a mesma medida em 100 km das fronteiras). Esta lei proíbe a venda de terras a estrangeiros dos países limítrofes nessa faixa e acrescenta um novo ingrediente à já complexa conjuntura dos brasiguaios (ALBUQUERQUE, 2008).

No âmbito da infraestrutura, o Brasil, através do BNDES, atuou no Paraguai para financiar obras que colaborassem com sua demanda interna. A *Ruta 10* é um exemplo, ligação do departamento de Canindeyú, região sojeira vizinha de Mato

Grosso do Sul e Paraná. O Brasil também aceitou alterar o indexador da dívida paraguaia e o valor pago pela energia comprada de Itaipu Binacional, que seria triplicado em 2009 (CÉSAR, 2016).

Em 2008 tomou posse no Paraguai o presidente Fernando Lugo, um ex-bispo. Ele completava, naquele contexto, o rol de presidentes sul-americanos de ideologia de esquerda: Bolívia, Brasil, Equador, Venezuela e Uruguai. Findava uma hegemonia de 61 anos do partido Colorado (ANR) e havia a expectativa de melhoria dos índices macroeconômicos e de inserção paraguaia no mercado mundial, além da antecipação da renegociação dos termos do contrato de Itaipu Binacional, ainda os mesmos da época de construção da usina e considerados defasados e prejudiciais ao Paraguai. (MACHADO NETO, 2008).

Em 2012, Lugo sofreu um golpe parlamentar, o que acarretou a suspensão do país do Mercosul até a realização de eleições. Em 2013, o partido Colorado retornou ao poder com o empresário Horacio Cartes. Cabe destacar que o Brasil continua sendo agente preponderante de grande parte da atividade econômica do país vizinho, enquanto principal comprador da energia elétrica e destino final do comércio de reexportações e de produtos agropecuários. Se os dois primeiros itens são computados na balança bilateral, evidencia-se superávit paraguaio (CÉSAR, 2016).

No âmbito do Mercosul, o Paraguai também tem se beneficiado de recursos do FOCEM (Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul), destinado a diminuir as disparidades entre os países-membros. O fundo iniciou suas operações em 2007 (os aportes são integralizados por Brasil (70%), Argentina (27%), Uruguai (2%) e Paraguai (1%)). Já a distribuição do montante angariado se destina em 48% ao Paraguai e 32% ao Uruguai, ou seja, torna-se possível financiar projetos nas menores economias do bloco que contribuam para o nivelamento dos indicadores.

Tais transformações ocorridas desde a virada do século, mais intensamente a partir do reconhecimento e combate de assimetrias entre os países, permitiram inaugurar uma nova etapa, mutuamente benéfica, em que pese haver ajustes pendentes. Por si só, os novos termos energéticos e os recursos do FOCEM são de grande peso para o Paraguai, mas há inúmeras outras vantagens que têm sido auferidas. Por sua vez, o Brasil observa o aumento de exportações industriais ao país vizinho, que ocupa o quinto lugar entre os destinos. Algumas empresas brasileiras priorizam o Paraguai em sua internacionalização. Que perde apenas para Argentina e Estados Unidos nesse quesito. Na segunda década do século XXI, mais de 30 empresas brasileiras têm participação no setor produtivo paraguaio, a grande maioria tendo iniciado após 2008, todas sob o regime maquilador. No início de 2017, 71 das 126 maquilas do país eram brasileiras (ION, 2017).

Atualmente, o Brasil exporta ao Paraguai principalmente insumos da produção agrícola brasiguiaia. Desde 2014, além de maquiladoras, indústrias brasileiras médias, siderúrgicas e metalúrgicas, têm buscado ali redução de custos, especialmente com energia. Estes setores são base para outras indústrias, como a automobilística e naval, que já existem ali com capital asiático (CÉSAR, 2016).

A fronteira sul-mato-grossense tem ganhado protagonismo na relação bilateral. No âmbito da Rota Bioceânica, foi assinado acordo para a construção de ponte sobre o rio Paraguai entre Porto Murtinho (MS) e Carmelo Peralta (Alto Paraguay-PY), o que, somado ao asfaltamento do trecho paraguaio da rota, deverá aumentar a conectividade da região do Chaco e, conseqüentemente, as interações com o Brasil. O governo paraguaio anunciou também uma segunda ponte, também em Porto Murtinho, sobre o rio Apa, conectando o município ao departamento de Concepción via Valle-Mi, consolidando nova rota a Assunção.

Considerações finais

A natureza das relações entre Brasil e Paraguai evoluiu a cada período histórico, sendo, porém, constante o aumento do vínculo entre eles. Os períodos de colonização e do Império no Brasil são marcados por disputas territoriais e constante redesenho de fronteiras, sendo a Guerra da Tríplice Aliança o evento de maior impacto. Por sua vez, o período que corresponde à implantação da República no Brasil até a redemocratização em ambos os países se caracteriza por consolidação das fronteiras a partir da colonização do território e seu desenvolvimento econômico impulsionado pelos governos centrais, com grande entrelaçamento da produção.

Finalmente, o advento do MERCOSUL e as relações contemporâneas são marcadas por uma nova dinâmica, em que crescem as iniciativas baseadas em livre mercado, investimentos a fundo perdido e, recentemente, uma nova aposta em obras de infraestrutura, principalmente pontes nos trechos fluviais da fronteira.

Em Mato Grosso do Sul, o comércio de reexportação, a produção agropecuária, o ensino superior privado (principalmente de medicina), as maquilas e a promessa de novas obras são fatores econômicos preponderantes de ligação em um território onde a influência cultural paraguaia é evidente.

Dessa forma, pôde-se demonstrar que, em todas as etapas, as fronteiras desempenharam papel primordial, com o trecho sul-mato-grossense ganhando inserção crescente, principalmente como fruto de obras de infraestrutura e acordos comerciais em nível regional.

Referências

- ALBUQUERQUE, José Lindomar C. Fronteiras e identidades em movimento: fluxos migratórios e disputa de poder na fronteira Paraguai-Brasil. *Cadernos Ceru*, São Paulo, v. 19, n. 1, p.49-63, 1 jun. 2008.
- ALBUQUERQUE, José Lindomar C. *A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai*. São Paulo: Annablume, 2010.
- BRASIL. *Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850*. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Rio de Janeiro: Coleção das Leis do Brasil, 1850. v. 1. p. 307.
- BRASIL. Constituição (1934). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*: promulgada em 16 de julho de 1934. Rio de Janeiro, 1934.
- BRASIL. Constituição (1937). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*: decretada em 10 de novembro de 1937. Rio de Janeiro, 1937.
- BRASIL. Decreto nº 7.712, de 25 de agosto de 1941. Convênio entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República do Paraguai para Intercâmbio de Técnicos dos Dois Países. *Diário Oficial da União* - Seção 1, Rio de Janeiro, p.16.958, 29 ago. 1941.
- BRASIL. Decreto-lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943. Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú. *Diário Oficial da União* - Seção 1, Rio de Janeiro, p. 13.731, 15 set. 1943.
- CÉSAR, Gustavo Rojas de Cerqueira. Integração produtiva Paraguai-Brasil: novos passos no relacionamento bilateral. *Boletim de Economia e Política Internacional*: BEPI, Brasília, v. 1, n. 22, p.19-32, jan./abr. 2016.
- COSTA, Jessica Ausier da. As relações bilaterais Brasil-Paraguai e a problemática dos “brasiguaios”. *Revista Habitus*: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 60-75, jul. 2009.
- CRUZ, Dayana Aparecida Marques de Oliveira. O comércio intra-regional no Mercosul: uma discussão a partir do intercâmbio entre Brasil e Paraguai. *Geosaberes*: Revista de Estudos Geoeducacionais, Fortaleza, v. 6, número especial (2), p. 209-221, nov. 2015.
- ION. Instituto Observatório Nacional. *Empresas maquiladoras paraguaias: panorama geral e investimentos brasileiros no setor*. São Paulo, 2017. Disponível em: www.observatoriosocial.org.br/sites/default/files/relatorio_sobre_maquilas_2017.pdf. Acesso em: 20 ago. 2018.
- LOPES, Vânia Vieira. *Do mundo eróateiro à frente pioneira: contribuição à história de Caarapó*. 2014. 128 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2014.
- MACHADONETO, José Ribeiro. A questão paraguaia II: renegociação antecipada com perspectivas de uma nova abdicação. *Meridiano 47*, Brasília, v. 9, n. 97, p. 9-12, ago. 2008.
- MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica e Teoria de Fronteiras: fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1990.
- OLIVEIRA, Márcio Gimene de. *A fronteira Brasil-Paraguai: principais fatores de tensão do período colonial até a atualidade*. 2008. 110 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- SILVA, Rodrigo. Monções revisitadas: patrimônio e cultura material. *Revista de História da Arte e Arqueologia do Centro de História da Arte e Arqueologia da Universidade Estadual de Campinas*, Campinas, v. 1, n. 7, p. 5-24, jul. 2007.

SILVA, Walter Guedes da. A integração do mercado brasileiro na Era Vargas e a Colônia Agrícola Nacional de Dourados. *Revista Geográfica de América Central*, San José, número especial, p.1-17, ago. 2011.

SOUCHAUD, Sylvain. Migrações pioneiras e dinâmicas territoriais: os casos do Alto Paraná e do Canindeyú no Paraguai. *Boletim de Geografia*, Maringá, v. 15, n. 1, p. 57-68, 1997.

SOUCHAUD, Sylvain. *Geografía de la migración brasileña en Paraguay*. Assunção: Fondo de Población de Las Naciones Unidas (UNFPA), 2007.

TORRECILHA, Maria Lúcia. *A fronteira, as cidades e a linha*. Campo Grande: Uniderp, 2004.

VÁZQUEZ, Fabricio. Revolución urbana en el Chaco: Las nuevas ciudades mundializadas del Paraguay. In: NÚÑES, Ángel; PADOIN, Maria Medianeira; OLIVEIRA, Tito Carlos Machado (Orgs.). *Dilemas e diálogos platinos: Fronteiras*. Dourados: Editora UFGD, 2010. p. 193-224.

WAGNER, Carlos. *Brasiguaios: Homens sem pátria*. Petrópolis: Vozes, 1990.